

MGE Transmissão S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MGE Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da MGE Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel Nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGE Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa Aneel Nº 933/2021 de 28 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria societária

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis societárias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 26 de janeiro de 2023.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

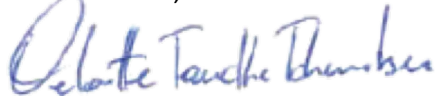
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

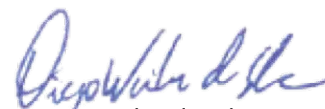
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

MGE Transmissão S.A.
CNPJ: 11.638.929/0001-67

Balço patrimonial regulat3rio em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2022	31.12.2021	Passivo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.039	4.174	Fornecedores	9	1.673	1.476
Concession3rias e permission3rias	6	6.912	5.518	Empr3stimos e financiamentos	10.a	13.603	13.349
Outros ativos circulantes		1.922	166	Tributos		1.587	853
Total do ativo circulante		17.873	9.858	Dividendos a pagar		19.656	21.424
				Outros passivos circulantes	11	2.101	4.424
Ativo n3o circulante				Total do passivo circulante			
Aplica33es financeiras	5	4.934	4.896			38.620	41.526
Dep3sitos judiciais e cau33es		623	623	Passivo n3o circulante			
Imobilizado	7.1	350.077	361.741	Empr3stimos e financiamentos	10.a	73.632	84.002
Intang3vel	7.2	14.102	14.102	Provis3o para riscos	12	271	437
Total do ativo n3o circulante		369.736	381.362	Obriga33es vinculadas		17.474	18.133
				Total do passivo n3o circulante		91.377	102.572
				Patrim3nio l3quido			
				Capital social	13.a	278.232	278.232
				Reservas de lucros		106.570	48.037
				Preju3zos acumulados		(127.190)	(79.147)
				Total do patrim3nio l3quido		257.612	247.122
Total do ativo		387.609	391.220	Total do patrim3nio l3quido e total do passivo		387.609	391.220

As notas explicativas s3o parte integrante das demonstra33es cont3beis regulat3rias.

MGE Transmissão S.A.
CNPJ: 11.638.929/0001-67
Demonstrações de resultados - Regulatórios

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		65.922	44.173
Tributos			
PIS-PASEP	15.a	(427)	(287)
COFINS	15.a	(1.971)	(1.325)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(537)	(374)
Reserva global de reversão - RGR		(1.714)	(1.114)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(73)	(64)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(264)	(211)
		<u>60.936</u>	<u>40.798</u>
Receita líquida			
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Remuneração do pessoal		(1.249)	(881)
Remuneração dos administradores	8.b	(484)	(403)
Material		(61)	(39)
Serviços de terceiros		(8.710)	(9.465)
Arrendamento e aluguéis		(54)	(402)
Seguros		(167)	(134)
Provisões		165	(176)
(-) Recuperação de despesas		88	-
Tributos		(240)	(235)
Depreciação e amortização		(11.079)	(10.944)
Outros despesas e receitas operacionais		(851)	(594)
		<u>38.294</u>	<u>17.525</u>
Resultado da atividade			
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	14	(8.647)	(9.863)
Receitas financeiras	14	1.616	614
		<u>31.263</u>	<u>8.276</u>
Resultado antes dos impostos sobre os lucros			
Imposto de renda	15.b	(1.688)	(1.001)
Contribuição social	15.b	(853)	(528)
		<u>28.722</u>	<u>6.747</u>
Lucro líquido do exercício			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

MGE Transmissão S.A.

CNPJ: 11.638.929/0001-67

Demonstrações de resultados abrangentes - Regulatórios

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	28.722	6.747
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>28.722</u>	<u>6.747</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

MGE Transmissão S.A.

CNPJ: 11.638.929/0001-67

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	278.232	-	-	(22.895)	255.337
Resultado do exercício	-	-	-	6.747	6.747
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva legal	-	3.150	-	(3.150)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(14.962)	(14.962)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	44.887	(44.887)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	278.232	3.150	44.887	(79.147)	247.122
Resultado do exercício	-	-	-	28.722	28.722
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva legal	-	3.838	-	(3.838)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(18.232)	(18.232)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	54.695	(54.695)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	278.232	6.988	99.582	(127.190)	257.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

MGE Transmissão S.A.

CNPJ: 11.638.929/0001-67

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	28.722	6.747
Ajustes em:		
Juros dos empréstimos	8.376	9.732
Depreciação	11.079	10.944
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Concessionárias e permissionárias	(1.394)	(1.484)
Outros ativos	(1.756)	(181)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	197	(1.234)
Impostos e contribuições sociais	2.436	1.053
Outros passivos	(2.488)	(3.300)
Juros pagos	(5.425)	(4.696)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.702)	(1.185)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>38.045</u>	<u>16.396</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras - Depósito em garantia	(38)	(1.208)
Aquisição de imobilizado	(75)	(7.157)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(113)</u>	<u>(8.365)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos - principal	(13.067)	(11.653)
Dividendos pagos	(20.000)	(5.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(33.067)</u>	<u>(16.653)</u>
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.865</u>	<u>(8.622)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.174	12.796
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>9.039</u>	<u>4.174</u>
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.865</u>	<u>(8.622)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso dos Sistema de Transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.2 Contexto operacional

A MGE Transmissão S.A. (“MGE” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo consórcio MGE atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49%) e Gebbras Participações Ltda (51%), vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de linhas de transmissão localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante da Companhia está excedendo o ativo circulante em R\$ 20.747, basicamente decorrente do saldo de dividendos a distribuir e da parcela de curto prazo do financiamento junto ao BNDES. A expectativa da administração é de que esses dividendos sejam distribuídos à medida que a geração de caixa for ocorrendo ao longo do próximo exercício e quanto ao financiamento existe uma aplicação restrita que corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.

1.3 Da concessão

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 008/2010 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- a. LT 500 kV, CS SE Mesquita - SE Viana 2.
- b. LT 345 kV CD SE Viana 2 - SE Viana.
- c. Subestação Viana 2 em 500/345 kV.
- d. Entradas de linha, interligação de barras, autotransformador, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações acima entraram em operação comercial em julho de 2014. A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à Transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.067/2022, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2022-2023, é de R\$64.237, incluindo os impostos reembolsáveis. A Companhia apresentou recurso junto à ANEEL, solicitando a retificação das receitas anuais permitidas, estabelecidas para o ciclo 2021-2022, tendo em vista a aplicação de desconto considerado indevido pela MGE para o período compreendido de fevereiro a maio de 2021, no que tange à receita percebida pela MGE a título de RBNIA e retroativo RBNIA, cujo montante foi considerado na parcela de ajuste constante do Anexo VI da referida resolução, bem como por não ter sido incluída a RAP concernente ao reforço do 2º banco de autotransformadores implantando na SE Viana 2, outorgado por meio da Resolução Autorizativa nº. 7.577/2019, cuja operação comercial foi iniciada em janeiro de 2021. Por meio do Despacho nº. 1.425/2022, publicado no D.O.U. no dia 7 de junho de 2022, a ANEEL deferiu o pleito apresentado pela MGE. As alterações relativas ao montante da receita da Companhia foram implementadas no ciclo de 2022/2023, com o correspondente reajuste nos valores. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos do reajuste tarifário quando eles são homologados pela resolução do poder concedente. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Reserva Geral de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração estima que o valor de indenização é de R\$ 127.393, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os artigos 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL por meio da resolução normativa nº. 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas na Nota Explicativa nº 19, para melhor entendimento do leitor.

Em 31 de dezembro de 2022, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis regulatórias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Data de aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 11 de abril de 2023.

3 Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as políticas contábeis regulatórias descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

a. Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com o Contrato de Concessão através da Receita Anual Permitida (RAP) emitida pela ANEEL por meio das Resoluções Homologatórias.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Aplicações financeiras”.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos”, “Dividendos” e “Obrigações Estimadas”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL).

e. Despesas antecipadas

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

f. Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

g. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, os juros e as atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos intangíveis em curso durante o período de formação do ativo.

h. Outros ativos circulantes

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

j. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

k. Impostos e contribuições

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15%, acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

l. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

m. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

n. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	2.156	1.815
Aplicações financeiras	6.883	2.359
Total	9.039	4.174

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	CDB-DI	98% CDI	6.883	2.359
Total			6.883	2.359

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 16.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito)

Referem-se à aplicação restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itaú	Fundo de Investimento	97% CDI	4.934	4.896
Total			4.934	4.896

As aplicações financeiras estão avaliadas ao valor justo por meio do resultado.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 16.

6 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	<u>6.912</u>	<u>5.518</u>
Total	<u>6.912</u>	<u>5.518</u>

7 Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis estão registrados ao custo de aquisição, ou de construção. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

7.1 Imobilizado

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências - (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Imobilizado em Serviço								
Transmissão	404.369	-	-	-	404.369	(83.561)	320.808	332.498
Terrenos	5.748	-	-	-	5.748	-	5.748	5.748
Edificações, obras civis e benfeitorias	28.870	-	-	-	28.870	(7.641)	21.229	22.207
Máquinas e equipamentos	369.742	-	-	-	369.742	(75.915)	293.827	304.538
Móveis e utensílios	9	-	-	-	9	(5)	4	5
Administração	595	9	-	-	604	(317)	287	327
Edificações, obras civis e benfeitorias	96	-	-	-	96	(47)	49	53
Máquinas e equipamentos	238	9	-	-	247	(130)	117	122
Veículos	185	-	-	-	185	(79)	106	132
Móveis e utensílios	76	-	-	-	76	(61)	15	20
Subtotal	404.964	9	-	-	404.973	(83.878)	321.095	332.825
Ativo Imobilizado em Curso								
Transmissão	28.916	66	-	-	28.982	-	28.982	28.916
Material em depósito	3.843	66	-	-	3.909	-	3.909	3.843
Depósitos judiciais	3.921	-	-	-	3.921	-	3.921	3.921
A ratear	21.152	-	-	-	21.152	-	21.152	21.152
Subtotal	28.916	66	-	-	28.982	-	28.982	28.916
Total do Ativo Imobilizado	433.880	75	-	-	433.955	(83.878)	350.077	361.741

Demonstração da depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2022			2021
		Bruto	Depreciação e amortização acumulados	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>					
Transmissão					
Custo histórico	3,31%	404.369	(83.561)	320.808	332.498
Administração					
Custo histórico	13,81%	604	(317)	287	327
		404.973	(83.878)	321.095	332.825

Principais taxas de depreciação

	Taxas anuais de depreciação
	(%)
Transmissão	
Autotransformadores	2,86%
Barramentos	2,50%
Chave Seccionadora	3,33%
Disjuntor	3,03%
Edificações	3,33%
Para-raios	4,17%
Torres autoportantes	2,70%
Administração	
Máquinas e equipamentos	16,67%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

7.2 Intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2022	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço						
Transmissão	14.098	-	14.098	-	14.098	14.098
Servidões	14.098	-	14.098	-	14.098	14.098
Administração	40	-	40	(36)	4	4
Softwares	36	-	36	(36)	-	-
Outros	4	-	4	-	4	4
Subtotal	14.138	-	14.138	(36)	14.102	14.102
Total do Ativo Intangível	14.138	-	14.138	(36)	14.102	14.102

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Prestação de serviços com Centro de Soluções Estratégicas S.A. - CSE

A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017 e o saldo em aberto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$475), refere-se à provisão do valor após o encerramento do contrato.

b. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 484 (R\$ 403 em 2021), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(385)	(315)
Encargos e benefícios	(99)	(88)
Total	(484)	(403)

c. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor junto ao BNDES é de R\$87.235 (R\$97.351 em 31 de dezembro de 2021).

d. Dividendos a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Furnas Centrais Elétricas	9.631	10.498
Gebbras Participações	10.025	10.926
Total	19.656	21.424

9 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Mapa Construtora	68	68
Schneider Electric	-	72
Furnas	497	363
Cotesa	-	344
Engelinhos	687	312
SVA Segurança	315	69
Outros	106	248
Total	1.673	1.476

10 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para a construção da ampliação da Subestação de Viana II, em 17 de julho de 2020, no montante de R\$41.161, firmado através do contrato nº 20.9.0007.1, com incidência de encargos iguais a IPCA mais 3,67% a.a.

a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2022	31/12/2021
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,03% a.a.	36.462	45.045
BNDES Subcrédito B	TJLP + 1,63% a.a.	6.445	7.962
BNDES Subcrédito C	TJLP	215	266
Capital de Giro – Banco Itaú	9,64% a.a.	2	32
BNDES Subcrédito A	IPCA + 3,67% a.a.	21.782	21.932
BNDES Subcrédito B	IPCA + 3,67% a.a.	22.329	22.114
Total		87.235	97.351
Circulante		13.603	13.349
Não circulante		73.632	84.002

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	103.968
Provisões de juros	9.732
Juros pagos	(4.696)
Amortização de principal	(11.653)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	97.351
Provisões de juros	8.376
Juros pagos	(5.425)
Amortização de principal	(13.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.235

b. Cronograma de pagamento não circulante

2024	13.600
2025	13.600
2026 a 2027	46.432
Total	73.632

c. Garantias

Por força dos referidos contratos de financiamento, a Companhia cedeu fiduciariamente, por meio de “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, a totalidade dos direitos creditórios de que era titular emergente do Contrato de Concessão nº 008/2010 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 MGE TRA: CCO-2010-012, firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

As intervenientes Furnas e Gebbras deram ao BNDES, em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

d. Covenants

O contrato firmado com o BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras e índice de cobertura do capital próprio, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 30%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (Covenants) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e operacionais.

De acordo com as cláusulas contratuais, os cálculos dos indicadores financeiros são baseados nas informações contábeis societárias, as quais divergem significativamente das demonstrações contábeis regulatórias. O ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais. Se o ICSD for de no mínimo 1,3 a Companhia precisará manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,3 a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de covenants, conforme cálculo abaixo, definido no contrato.

i. Índice de cobertura da dívida

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro regulatório antes do IRPJ/CSLL	31.262	8.275
(+) Resultado financeiro líquido	7.031	9.249
(+) Depreciação	11.079	10.944
EBITDA (conforme metodologia do BNDES)	49.372	28.469

MGE Transmissão S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	31/12/2022	31/12/2021
A) Geração de caixa da atividade		
EBITDA	49.372	28.469
(-) IRPJ/CSLL (Pagamentos)	(1.702)	(1.185)
	47.670	27.284
B) Serviço da dívida		
(+) Amortização do principal	13.067	11.628
(+) Pagamento de juros	5.425	4.689
	18.492	16.317
Índice de cobertura do serviço da dívida (A / B)	2,58	1,67

ii. Índice de capital próprio

	31/12/2022	31/12/2021
Total do patrimônio líquido	257.612	247.122
Total do ativo	387.609	391.220
Índice de capital próprio (PL/ATIVO)	66,46%	63,17%

iii. Índice de dívida líquida

	31/12/2022	31/12/2021
(+) Empréstimos e financiamento do passivo circulante	13.603	13.349
(+) Empréstimos e financiamento do exigível a longo prazo	73.632	84.002
(-) Disponibilidade do ativo circulante	(9.039)	(4.174)
Dívida líquida	78.196	93.177

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida líquida	78.196	93.177
EBITDA ajustado	49.372	28.469
Dívida líquida / EBITDA ajustado	1,58	3,27

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida líquida	78.196	93.177
Dívida líquida + Patrimônio líquido	335.809	340.299
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,23	0,27

11 Outros passivos circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	473	257
RGR	838	319
Taxa de fiscalização	530	460
Antecipação Aviso de Crédito	-	3.138
Outros	260	250
Total	2.101	4.424

12 Provisão para riscos

A Companhia está envolvida em processos cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo

Risco	31/12/2022			31/12/2021		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Provável (a)	271	-	271	437	-	437
Possível (b)	10.364	-	10.364	259	-	259
	10.635	-	10.635	696	-	696

- a. **Processos prováveis:** Composto por processos de instituição de servidões no montante de R\$271 (valor atualizado).
- b. **Processos possíveis:** compõe-se principalmente por processos de instituição de servidões no montante de R\$10.086 (valor atualizado), sendo o valor remanescente pulverizado.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 278.232, representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Furnas Centrais Elétricas S.A.	136.333.582	49	136.334	136.333.582	49	136.334
Gebbras Participações Ltda.	141.898.218	51	141.898	141.898.218	51	141.898
Total	278.231.800	100	278.232	278.231.800	100	278.232

b. Reservas de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício societário	76.765	76.061
Absorção de prejuízos	-	(13.062)
Reserva legal (5%)	(3.838)	(3.150)
Lucro líquido do exercício societário ajustado	72.927	59.849
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	18.232	14.962
Reserva de retenção de lucros	54.695	44.887

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2021	48.037
Constituição reserva de lucros	58.533
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	106.570

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 20.000, referente a dividendos de exercícios anteriores.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2021	21.424
Pagamento de dividendos	(20.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	18.232
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	19.656

14 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.543	486
Outras receitas financeiras	73	128
	1.616	614
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(8.375)	(9.732)
Atualizações monetárias	(163)	(27)
Outras despesas financeiras	(109)	(104)
	(8.647)	(9.863)
Total do resultado financeiro	(7.031)	(9.249)

15 Impostos e contribuições correntes

a. PIS e COFINS – Deduções da receita

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Anual Permitida (RAP)	65.697	44.173
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	(2.398)	(1.612)

b. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	65.697	65.697	44.173	11.173
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	5.256	7.884	3.534	5.301
Receitas financeiras	1.592	1.592	533	533
Outras receitas	-	-	31	31
Base de cálculo	6.848	9.476	4.098	5.865
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.027)	(853)	(615)	(528)
Adicional de 10% - IRPJ	(661)	-	(386)	-
Imposto corrente no resultado	(1.688)	(853)	(1.001)	(528)

16 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	9.039	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	4.934	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	6.915	
Outros créditos	Custo amortizado	1.922	
		22.807	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	87.235	
Fornecedores	Custo amortizado	1.673	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	19.656	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.101	
		110.665	

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	4.174	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	4.896	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	5.518	
Outros créditos	Custo amortizado	166	
		14.754	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	97.351
Fornecedores	Custo amortizado	1.476
Dividendos a pagar	Custo amortizado	21.424
Outras contas a pagar	Custo amortizado	4.332
		<hr/> 124.583

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

c. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

(i) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

(ii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP).

d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da TJLP.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2022, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e TJPL, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no site do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,65	10,24	6,83
Aplicações financeiras		11.817	1.613	1.210	807
Impacto no resultado			-	(403)	(806)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
TJLP (%)	Aumento da TJLP		7,37	9,21	11,05
Empréstimos e financiamentos		87.235	6.429	8.037	9.644
Impacto no resultado			-	(1.607)	(3.215)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

17 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores	30.000	30/04/2022 a 30/04/2023
Risco operacional	72.571	30/04/2022 a 30/04/2023
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2022 a 30/04/2023

18 Meio ambiente

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

19 Conciliação das demonstrações societárias para regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, seguiu a regulamentação regulatória, determinada pela ANEEL. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

MGE Transmissão S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

Balço patrimonial (Em milhares de Reais)	31/12/2022			31/12/2021		
	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	9.039	-	9.039	4.174	-	4.174
Concessionárias e permissionárias	6.912	-	6.912	5.518	-	5.518
Contas a receber (ativo de contrato)	19.1 44.293	(44.293)	-	39.642	(39.642)	-
Outros créditos	1.892	30	1.922	138	28	166
Total do ativo circulante	62.136	(44.263)	17.873	49.472	(39.614)	9.858
Ativo não circulante						
Aplicações financeiras	4.934	-	4.934	4.896	-	4.896
Contas a receber (ativo de contrato)	19.1 463.520	(463.520)	-	428.419	(428.419)	-
Depósitos judiciais e cauções	623	-	623	623	-	623
Imobilizado	19.2 288	349.789	350.077	342	361.399	361.741
Intangível	19.2 -	14.102	14.102	-	14.102	14.102
Total do ativo não circulante	469.365	(99.629)	369.736	434.280	(52.918)	381.362
Total do ativo	531.501	(143.892)	387.609	483.752	(92.532)	391.220
Passivo circulante						
Fornecedores	1.673	-	1.673	1.476	-	1.476
Empréstimos e financiamentos	13.603	-	13.603	13.349	-	13.349
Impostos correntes a pagar	1.587	-	1.587	853	-	853
Dividendos a pagar	19.656	-	19.656	21.424	-	21.424
Outras contas a pagar	2.101	-	2.101	4.441	(17)	4.424
Total do passivo circulante	38.620	-	38.620	41.543	(17)	41.526
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	73.632	-	73.632	84.002	-	84.002
Impostos diferidos	19.3 34.176	(34.176)	-	31.501	(31.501)	-
Provisão para riscos	271	-	271	437	-	437
Obrigações vinculadas	-	17.474	17.474	-	18.133	18.133
Total do passivo não circulante	108.079	(16.702)	91.377	115.940	(13.368)	102.572
Patrimônio líquido						
Capital social	278.232	-	278.232	278.232	-	278.232
Reserva de lucros	106.570	-	106.570	48.037	-	48.037
Prejuízos acumulados	19.5 -	(127.190)	(127.190)	-	(79.147)	(79.147)
Total do patrimônio líquido	384.802	(127.190)	257.612	326.269	(79.147)	247.122
Total do patrimônio líquido e total do passivo	531.501	(143.892)	387.609	483.752	(92.532)	391.220

Demonstração de resultado		31/12/2022			31/12/2021		
<i>(Em milhares de Reais)</i>		Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias	Demonstrações societárias	Ajustes	Demonstrações regulatórias
Receita líquida	19.4	99.236	(38.300)	60.936	108.528	(67.730)	40.798
Custo de construção		-	-	-	(7.002)	7.002	-
Lucro Bruto		99.236	(38.300)	60.936	101.526	(60.728)	40.798
Pessoal		(937)	-	(937)	(642)	-	(642)
Serviços de terceiros		(8.028)	-	(8.028)	(8.541)	-	(8.541)
Depreciação e amortização		-	(11.030)	(11.030)	-	(10.944)	(10.944)
Outros custos operacionais		(968)	65	(903)	(1.371)	204	(1.167)
Total dos custos operacionais		(9.933)	(10.965)	(20.898)	(10.554)	(10.740)	(21.294)
Pessoal e administradores		(797)	-	(797)	(643)	-	(643)
Serviços de terceiros		(682)	-	(682)	(924)	-	(924)
Depreciação e amortização		(63)	14	(49)	(62)	15	(47)
Outras receitas (despesas)		(200)	(16)	(216)	(338)	(27)	(365)
Total das despesas operacionais		(1.742)	(2)	(1.744)	(1.967)	(12)	(1.979)
Receitas financeiras		1.616	-	1.616	614	-	614
Despesas financeiras		(8.647)	-	(8.647)	(9.865)	2	(9.863)
Resultado financeiro líquido		(7.031)	-	(7.031)	(9.251)	2	(9.249)
Resultado antes dos impostos		80.530	(49.267)	31.263	79.754	(71.478)	8.276
Imposto de renda e contribuição social	19.3	(3.765)	1.224	(2.541)	(3.693)	2.164	(1.529)
Lucro líquido do exercício	19.6	76.765	(48.043)	28.722	76.061	(69.314)	6.747

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

19.1 Contas a receber (ativo de contrato)

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Na contabilidade societária são efetuados lançamentos, com expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização), e atualizações dos saldos.

Esses lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto no CPC 47 – Receita de Contrato de Clientes, mas que para fins de contabilidade regulatória, tais práticas não são adotadas e, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

As diferenças identificadas entre o Ativo de contrato e o Ativo Imobilizado Regulatório, ocorrem em função da aplicação do CPC 47 na contabilidade societária. Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

19.2 Imobilizado/Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado/intangível, sendo depreciado em conformidade com o referido manual.

19.3 Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento de receitas de construção e remuneração oriundos da adoção do CPC 47, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

19.4 Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, eliminando assim os efeitos do CPC 47.

- (i) **Receita de construção:** durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.
- (ii) **Receita de remuneração:** corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.
- (iii) **Receita de operação e manutenção:** após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

19.5 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo do exercício societário	384.802	326.269
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(161.366)	(110.648)
Efeito dos impostos	34.176	31.501
Saldo do exercício regulatório	<u>257.612</u>	<u>247.122</u>

19.6 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido conforme contabilidade societária	76.765	76.061
Efeito dos ajustes entre contabilidades societária e regulatória:		
Efeito do ativo de contrato	(49.267)	(71.478)
Efeito dos impostos	1.224	2.164
Resultado líquido conforme contabilidade regulatória	<u>28.722</u>	<u>6.747</u>

* * *

José Mauro Martins Leone
Diretor-administrativo-financeiro

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão
Contador
CRC GO-001605/O